



# 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: "40 anos da "Virada" do Serviço Social"

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-eixo: Ênfase em Fundamentos.

## A DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA DO SERVIÇO SOCIAL FRENTE AO ATUAL CONTEXTO SÓCIO HISTÓRICO

Tatiane Pereira da Silva<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo expressa uma reflexão teórica acerca da dimensão socioeducativa no âmbito do Serviço Social frente ao atual contexto sócio histórico. Para isso, o objetivo deste estudo pressupõe abordar dialeticamente sobre os elementos que compõem a dimensão socioeducativa no trabalho profissional de Assistente Social diante às consequências do sistema capitalista para a classe trabalhadora, bem como sobre os desafios e possibilidades da mediação prática da pedagogia emancipatória nesta atual conjuntura. Desta forma, vislumbramos a necessidade da compreensão de tais questões como parte proeminente para o trabalho socioeducativo do Assistente Social.

**Palavras-chave:** Dimensão socioeducativa, Serviço Social, Trabalho profissional.

**Abstract:** This article expresses a theoretical reflection on the socio - educational dimension in the scope of Social Work in relation to the current capitalist context. For this, the objective of this study presupposes a dialectical approach to the elements that make up the socio-educational dimension in the professional work of a Social Worker in the face of the consequences of the capitalist system for the working class, as well as on the challenges and possibilities of this emancipatory pedagogical practical mediation in the current conjuncture. In this way, we envisage the need to understand these issues as a prominent part of the Social Worker's social and educational work.

**Keywords:** Education dimension, Social work, Professional work.

### Introdução

Ao refletirmos sobre a dimensão socioeducativa do trabalho profissional do(a) Assistente Social na atualidade, pressupõe um retrocesso num contexto sócio histórico, para que possamos compreender os elementos que compõem essa prática educativa.

A dimensão socioeducativa para esse profissional vem sendo tensionada desde o início dos anos de 1990, em decorrência das transformações econômicas, políticas e sociais. Para tanto, as transformações em curso interferem significativamente na formação e no trabalho profissional dos (as) Assistentes Sociais, uma vez que se utilizam da sua prática investigativa e interventiva para exercer a dimensão socioeducativa. Ademais, essas transformações provocam o redimensionamento das práticas pedagógicas socioeducativas.

Por tal motivo, o texto em primeira instância, apresenta uma breve reflexão sobre o capitalismo, enquanto modelo de sociabilidade, trazendo as suas novas configurações, mas

---

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais / Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho". E-mail: tatipdmsg@hotmail.com.

também, os seus antigos traços, que ainda se fazem presentes através da política neoliberal e os seus desdobramentos elementares. E, ressaltamos as consequências dessas mudanças para as políticas públicas e para classe trabalhadora, que são os mais afetados de forma negativa e convivem a todo o momento com a negação dos seus direitos fundamentais.

Posteriormente, foi discorrido sobre a tendência pedagógica atual, conhecida como pedagogia emancipatória, que reflete as contradições e desafios da nossa sociedade, explicitando as suas duas direções. De acordo com Marina Maciel de Abreu (2002), temos uma tendência voltada para o horizonte da cultura do “bem-estar”, e uma que pressupõe a superação da ordem capitalista e a construção de uma nova e superior cultura.

E, por fim, destacamos a dimensão socioeducativa no Serviço Social na atualidade, ao vislumbrar possibilidades de se trabalhar numa realidade complexa e contraditória. Pois, pensar a dimensão socioeducativa no trabalho profissional faz parte do projeto ético político profissional do Serviço Social vinculado aos interesses da classe trabalhadora, sendo importante que se reflita qual o objetivo do trabalho promovido pela categoria e qual tendência pedagógica vem sendo defendida por este profissional.

### **Capitalismo contemporâneo frente novas configurações seguidas dos antigos traços**

Em um cenário de crises cíclicas do capital, acompanhamos em 1970, um momento no qual a economia mundial se viu abalada por uma profunda recessão. Em que, as médias e grandes empresas do setor de produção vislumbraram-se abaixo de sua capacidade e com baixas taxas de crescimento econômico. Provocando assim, a diminuição da riqueza da classe capitalista, dos seus lucros e dividendos, somados a isso, uma taxa de inflação elevada e um mercado totalmente deprimido.

Tal contexto da história do sistema capitalista foi propício para a difusão das ideias e teses neoliberais, marcando assim, a fase do capitalismo conhecida como neoliberalismo, ao qual trouxe consigo novas configurações de ordenamento, todavia, manteve a lógica estrutural, afim, de manter o sistema em vigência hegemônica.

Pode-se definir o neoliberalismo como uma *configuração de poder* particular dentro do capitalismo, na qual o poder e a renda da classe capitalista foram restabelecidos depois de um período de retrocesso. Considerando o crescimento da renda financeira e o novo progresso das instituições financeiras, esse período pode ser descrito como uma nova *hegemonia financeira*, que faz lembrar as primeiras décadas do século XX nos EUA. (DUMENIL; LÉVY, 2007, p. 2).

Para entender a realidade multifacetada a qual emergiu o neoliberalismo, é significativo revermos dentro do contexto histórico os elementos que se constituíram anteriormente.

Desse modo, foi a partir da II Guerra Mundial até a década de 1970, onde foram adotados por muitos países capitalistas o keynesianismo ou Estado de bem estar social (*welfare state*) como política de desenvolvimento baseada na intervenção do Estado em relação às crises originadas após a Grande Depressão.

A intervenção do Estado na política, administração e controle da economia do país eram o que limitava o capital e o mercado a uma vasta dependência, já que o ajuste econômico era direcionado a uma política social.

A crise do capital impulsiona a expansão do neoliberalismo como meio de garantir a manutenção do sistema. Aos poucos, suas ideias foram encontrando espaço em vários países, até mesmo aqueles que se encontra em desenvolvimento, pois são países que tentam se adequar ao mundo globalizado, mas que também, ao mesmo tempo, continuam com as demarcações dos antigos traços do capitalismo.

O neoliberalismo se torna o novo padrão produtivo, tecnológico e organizacional, amplia a sua ideologia e política pautada num modelo de desenvolvimento em que a tese central se baseia na perspectiva de que o mercado é o único apto para coordenar os problemas econômicos e sociais de uma sociedade.

Além dos elementos pautados no Estado mínimo de intervenção social, tendo a privatização como o melhor caminho para o desenvolvimento dos meios de produção e serviços; liberdade para que o mercado conduza a circulação de capitais internacionais permeados pela globalização; condições favoráveis para a expansão de multinacionais; promoção eficaz da lei da oferta e da procura, para que possibilite ao mercado suas intervenções no que tange o livre funcionamento das atividades econômicas.

As rápidas transformações no mundo capitalista trouxeram também no seu bojo, a reestruturação produtiva, que vai do Fordismo/Taylorismo para Toyotismo ou modelo Japonês de produção. Ou seja, este modelo de organização de produção de mercadorias fundamentava-se nos princípios taylorista/fordista, que visavam à gerência, planejamento, o controle e execução dos processos de trabalho e suas formas de distribuição e articulação, acompanhando o período em que foi desenvolvido o Keynesianismo.

Contudo, com a crise da década de 1970, foi sendo substituído pelo novo modelo reprodutivo do modo de acumulação capitalista, conhecido como modelo de produção Japonês, criado por Taiichi Ohno após o fim da II Guerra Mundial, sendo implantado inicialmente nas fábricas de automóveis da Toyota.

[...] o impacto do modelo japonês "intensificou-se no final dos anos 70, depois de uma década de redução da produtividade do Ocidente, [quando] a performance exportadora e o extraordinário rápido crescimento da indústria japonesa, particularmente no ramo de automóveis e produtos eletrônicos, começaram a gerar grande interesse no Ocidente [...]. (SAYER, 1986, p. 50-51 apud ANTUNES, 2015, p. 8).

A idéia desse novo modelo seria produzir somente o que fosse necessário, e com a melhor qualidade possível. Através disso, o modelo de gestão se estabeleceria a partir dos métodos de descentralização produtiva; terceirização dos serviços e força de trabalho; com apoio total da automação microeletrônica; produzindo simplesmente o necessário e com o viés do controle de qualidade; flexibilidade da produção e um trabalhador que seja qualificado e participativo (polivalente).

O novo modelo Toyotista de organização da produção e do trabalho foi ganhando espaço à medida que introduzia os seus conceitos, ora com rompimentos, ora com ressignificações do taylorismo/fordismo.

No Brasil, este cenário tecido pelo Neoliberalismo e o Toyotismo acontece mais tardiamente, precisamente, a partir da década de 1990, onde os ajustes neoliberais implementados no país foram significativos para sua inserção na nova ordem capitalista global.

As políticas neoliberais e o novo complexo de reestruturação produtiva do capital promoveram alterações significativas de amplo espectro na objetividade e subjetividade do mundo do trabalho no Brasil. Na década de 2000, delineou-se com maior clareza o que consideramos a “nova precariedade salarial”, isto é, as novas condições de exploração da força de trabalho que emergem nas empresas reestruturadas. (ALVES, 2011, p. 2).

Com a hegemonia das chamadas políticas de ajustes estruturais e estabilização da economia pelo novo modelo de reestruturação produtiva neoliberal, tivemos mudanças conjunturais adversas, advindas dos impactos sociais gerados por tais políticas.

O Brasil, ao adotar essa nova configuração social consubstanciou a nossa realidade, permeada pela instabilidade financeira, atingindo assim, a vida social do povo brasileiro. Pois segundo Soares (2001) a distância da realidade e as ideias estão para além de um discurso sobre a questão da pobreza, e, isso tem sido cada vez maior, visto que a exemplo vemos o ajuste brasileiro tornar recessivo, queda nos salários, diminuição do emprego, negociação informal, sonegação de impostos e baixa arrecadação tributária. Neste âmbito, o ajuste fiscal permanente emanou custos ao setor público, corte de gastos mínimos e desequilíbrio patrimonial permanente.

Destarte, o país vem sofrendo os impactos do ajuste em suas políticas sociais, desmontando um leque de direitos democráticos, que foram promulgados na Carta Magna – Constituição Federal de 1988, os quais se originaram por anos de lutas e conquistas do povo brasileiro, mas que tem visto na atual conjuntura a sua própria espoliação.

O profundo desequilíbrio nas políticas sociais vem sendo acompanhado de mudanças que demarcam a constituição de políticas públicas compensatórias; programas focalizados; manutenção aparente do equilíbrio social; privatização dos direitos sociais;

políticas eminentemente seletivas; participação e resolução individualistas dos problemas advindas da política e ideologia do neoliberalismo.

[...] qualquer balanço atual do neoliberalismo só pode ser provisório. Este é um movimento ainda inacabado. Por enquanto, porém, é possível dar um veredicto acerca de sua atuação durante quase 15 anos nos países mais ricos do mundo, a única área onde seus frutos parecem, podemos dizer assim, maduros. Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. (ANDERSON, 1995. p. 18).

Para tanto as perspectivas abertas no que tange a hegemonia dessas políticas de ajuste estrutural, é importante levar em consideração que seus avanços vão para além das fronteiras locais, regionais e globais.

### **Projeto Neoliberal e as consequências do processo (re)produtivo**

Diante deste contexto sócio histórico das implantações das referidas políticas públicas estruturais a partir do projeto neoliberal se torna relevante pontuar que um dos aspectos importantes que esta realidade nos trouxe foi as consequências de tais mudanças para a classe trabalhadora.

A lógica do projeto neoliberal, tomada então pelo novo padrão produtivo e baseada no fundamento do mercado único, traz consigo a perspectiva do Estado Mínimo de intervenção social, e a privatização como a melhor forma de desenvolvimento, o que além do mais, gera a intensificação da exploração do trabalho.

[...] é elemento compositivo do novo metabolismo social que emerge a partir da constituição do Estado neoliberal. Possui como base objetiva, a intensificação (e a ampliação) da exploração (e a espoliação) da força de trabalho e o desmonte de coletivos de trabalho e de resistência sindical-corporativa; além, é claro, da fragmentação social nas cidades, em virtude do crescimento exacerbado do desemprego total e a deriva pessoal no tocante a perspectivas de carreira e de trabalho devido à ampliação de precário mercado de trabalho (ALVES, 2009, p. 189).

Os modelos de gestão implantados dentro dessas perspectivas trouxeram aos trabalhadores o desemprego estrutural devido à industrialização, pois visa à produção concomitante da qualidade em menos tempo e principalmente, com menor custo e manutenção. Esta situação nos remete ainda ao fator intrínseco do trabalhador do sistema capitalista que é a alienação, onde o produtor não se identifica com o produto final e com o processo do seu trabalho.

O impacto gerado nas políticas a partir desse contexto nos remete a uma realidade seletiva, onde há a privatização inclusive dos direitos sociais, além de estar atrelado a este

viés da política temos a manutenção do sistema, que é interessante por parte dos detentores dos meios de produção e principalmente do mercado financeiro.

Com isso coexiste a precarização das condições de vida e de trabalho; os sistemas educacionais são deficientes, pois não são pautados em uma política com a perspectiva emancipatória e ainda munida pela redução dos direitos conquistados.

Desde a infância, nos primeiros anos de inclusão na educação a sociedade é inserida na concepção de meritocracia, representado pela falta de efetivação de direitos diante a da visão individualista a qual o sistema os insere. Com isso ocorre a fragmentação da classe trabalhadora, onde por sua vez o sujeito não é estimulado, e muito menos formado para reflexão sobre sua condição de vida enquanto classe detentora também de poder e influência. Este fator provoca ainda a neutralização das lutas sindicais e a competição entre os próprios trabalhadores.

Com isso, o sistema se mantém cada vez mais sólido, e por outro lado, os trabalhadores com empregos mais precários, temporários e terceirizados e convivendo com o aumento da miséria em sua classe, não vendo caminhos para lutar e nem perspectivas para mudanças visto que há a despotilização dos problemas sociais.

Em suma, os trabalhadores vêm sofrendo diversas consequências ao longo do fortalecimento do sistema através do neoliberalismo, resultando num trabalho árduo em relação a esta agudização da questão social. Desse modo, os profissionais realizam a atuação profissional baseado na perspectiva emancipatória deve utilizar-se de instrumentos capazes de promover a emancipação da classe trabalhadora e a sua união enquanto categoria.

### **Tendência pedagógica do trabalho profissional de Assistente Social**

A construção de uma perspectiva pedagógica emancipatória pelo profissional do Serviço Social se tornou possível a partir do Movimento de Reconceituação, surgindo como uma alternativa ao projeto tradicional conservador na sua intervenção prática, o qual foi predominante ao longo da trajetória da profissão.

Segundo Iamamoto e Carvalho (2007) a influência do contexto sócio-histórico e político-ideológico, a partir da década de 1960, deu início ao Movimento de Reconceituação com questionamentos sobre a ação profissional vinculada aos interesses do capital, levando a categoria a construir um novo projeto ético profissional que viesse a priorizar o compromisso com a classe trabalhadora, tal movimento teve como marco a aproximação com a tradição da teoria social marxista.

Este processo se deu como forma de enfrentamento a crise profissional instalada no Serviço Social através do confronto entre o projeto conservador e o novo projeto que se constituía.

A crise profissional mencionada se originou com a negativa da prática conservadora por parte da categoria, em um contexto de grande organização dos Movimentos Sociais frente à exploração e opressão advinda do próprio sistema de produção capitalista, gerando com isso a necessidade de construção de uma nova ordem social. Este embate, de um lado a atuação profissional conservadora e de outra emancipatória perdura hodiernamente.

Na década de 1980 consolida-se o projeto ético político profissional comprometido com a classe trabalhadora e com uma prática emancipatória, a qual objetiva construir uma nova cultura, através da sua dimensão educativa possibilitando a classe trabalhadora obter conhecimento e informação a cerca de seus direitos.

Os avanços conseguidos pela consolidação do projeto profissional emancipatório podem ser constatados através da formação profissional, a articulação da prática profissional aos movimentos sociais em suas lutas e organização, proporcionando uma formação crítica e política da classe trabalhadora diante das contradições vivenciadas no cotidiano, inerentes ao capitalismo.

Observa-se, portanto, que a dimensão educativa do(a) Assistente Social na perspectiva da pedagogia emancipatória tem como ações a mobilização, a capacitação e organização da classe trabalhadora, contribuindo para a construção de uma nova forma de pensar e agir, diferente da ideologia dominante imposta pelo capital.

Segundo Abreu (2002) há duas tendências na função pedagógica do(a) Assistente Social dentro da perspectiva emancipatória, evidenciando o compromisso profissional com a luta pela construção de uma nova perspectiva societária.

Uma das tendências se limita aos compromissos com as lutas da classe trabalhadora relacionada aos direitos civis, sociais e políticos, democracia e justiça social, traduzida pela experiência do Estado de Bem Estar Social. A outra tendência afirma o compromisso profissional com a superação da ordem capitalista e a luta pela construção de uma nova sociabilidade, superando também a limitação da democracia burguesa.

O compromisso da categoria é explicitado com as conquistas das décadas de 1980 e 1990, no âmbito da formação profissional na revisão curricular – a partir do currículo mínimo de 1982 – culminando na construção das Diretrizes Curriculares de 1996, na reformulação do Código de Ética Profissional até chegar a sua versão de 1993, vigente na atualidade, a Lei de Regulamentação da Profissão também de 1993, bem como a produção intelectual a partir deste período.

A construção do novo perfil pedagógico do(a) Assistente Social foi possível a partir do direcionamento realizado pela profissão no contexto histórico, no movimento de luta travado pela categoria, que se identifica com a classe trabalhadora.

Para avançar nesta dimensão pedagógica se faz necessário fortalecer os processos de luta da classe trabalhadora a partir da prática profissional no âmbito da dimensão socioeducativa, sendo objetivo principal para a categoria profissional instigar a autonomia dos sujeitos a partir do movimento de resistência ao Estado e a classe dominante, para que assim seja possível conquistar a emancipação humana em uma nova sociedade.

Na contracorrente do projeto profissional emancipatório se vislumbra a ofensiva Neoliberal, com sua ideologia que atinge toda a sociedade, inclusive o trabalho profissional de Assistente Social nas instituições, uma vez que apregoa a desresponsabilização do Estado, a partir da maior participação da sociedade civil na oferta de serviços assistenciais e, portanto, o fortalecimento do Terceiro Setor.

É extremamente importante o compromisso dos profissionais com relação a Formação Profissional Permanente, uma vez que a autonomia em seu cotidiano profissional poderá garantir a construção de uma nova cultura, através da politização dos sujeitos acerca da realidade de exploração e contradição nesta ordem social vigente. É com a mudança de mentalidade acerca de seus direitos e a crítica da sua limitação que poderá oportunizar aos sujeitos de direitos uma nova cultura e a luta pela construção de uma nova sociedade, justa e igualitária.

### **Dimensão socioeducativa do trabalho profissional na atualidade**

Ao entendemos o trabalho de Assistente Social como educador, se faz necessário que clareza sobre o que significa educação, pois: “Não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua prática e o professor profissional não é o seu único praticante” (BRANDÃO, 1985, p. 9).

A educação está presente em todos os lugares, não sendo função exclusiva da escola, portanto é necessário compreender que quando se trata de educação, não existe um modelo obrigatório a ser seguido, já que a mesma ultrapassa os muros da escola. Pois, na prática profissional do Assistente Social dispõe da materialização de sua função pedagógica, função que deve ser exercida nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, na relação cotidiana com os usuários, interferindo na formação de subjetividades e normas de conduta, elementos moleculares de uma cultura, entendida no sentido gramsciano, como sociabilidade. (ABREU, 2002, p. 30).

Segundo Gramsci “toda relação de hegemonia é eminentemente pedagógica” (GRAMSCI, 1978, p. 3), mas estamos falando de qual pedagogia? A função educativa do (a) assistente social pode contribuir para manutenção ou superação da ordem vigente, de acordo com Marx: “Desde o princípio viu-se que o ensino podia converter-se em um dos meios fundamentais de dominação ideológica e, portanto em um instrumento essencial para alcançar e consolidar a hegemonia da classe no poder.” (FRIAS apud MARX e ENGELS, 2004, p. 17).

Dessa forma a educação sempre serviu como aparelho ideológico do capitalismo, no princípio da profissão foi hábil ferramenta do Estado, hoje temos a possibilidade de atuar na contra mão desse projeto burguês. Logo, o pensamento de que toda educação é política é verdadeiro, mas é necessário compreender a qual concepção política de educação a categoria tem se nos referenciando. Assim, “É preciso que saibamos que modelo social irá transmitir que conteúdo está veiculando, que classes estão defendendo.” (GADOTTI, 2001, p. 148). Nesse sentido, para quem segue na luta ao lado do povo o referido autor afirma que:

Então existem, para os que desejam uma fecunda convivência com os setores populares, duas frentes de luta: luta contra o autoritarismo que hoje se instalou na estrutura do poder [...], e outra, [...], formar profissionais, atentos às necessidades [...] da população esquecida. (Ibidem, p. 149).

Desse modo, mesmo não sendo profissionais específicos da educação os(as) Assistentes Sociais podem servir de canal para propagar uma nova forma de cultura, rompendo aos poucos com a educação classista difundida pela classe dominante, e que possibilitará as classes populares ter acesso e conscientização de seus direitos.

Para isso o profissional deve estar compromissado com o projeto ético político profissional “A educação é compromisso, é ato, é decisão. Educar-se é tomar posição, tomar partido. E o educador educa educando-se, isto é, tomando partido, posicionando-se.” (GADOTTI, 2001, p. 151).

Nessa perspectiva, o profissional que nega a burocratização, a atuação funcionalista e assume seu compromisso se posicionando ao lado das classes populares oprimidas, é um profissional que se preocupa e encara a responsabilidade de ser um educador. Por isso, é imprescindível que esse profissional possua vigilância, para que não se envolva numa visão apenas técnica, é essencial que tenha um olhar para além das técnicas, que busque sensibilidade, respeito a cultura do usuário e que seu processo educativo ocorra de forma horizontal, coletiva, participativa e reflexiva, para buscar a emancipação e não reproduzir o modelo vigente.

Para tanto, precisamos desenvolver práticas educativas alicerçadas no estabelecimento de compromissos com a classe trabalhadora, ter como base o nosso

projeto Ético Político Profissional, para que assim possamos mobilizar e fortalecer os espaços de lutas sociais.

Diante disso, o desafio para o assistente social é contribuir para o avanço do processo de politização dos usuários na luta pela ampliação e qualidade dos serviços sociais prestados pelo estado na contracorrente das estratégias de controle dominante que têm as políticas sociais como mecanismos. (ABREU, 2002, p. 180).

Contudo um espaço importante de luta são os conselhos de direito, desde que se tenha uma inserção crítica dos profissionais e um comprometimento com os direitos dos usuários. Além da participação nos movimentos sociais e nos sindicatos, incorporando as reivindicações dos usuários como necessidade primeira. Pois, diante disso, é possível trabalharmos a dimensão socioeducativa na realidade atual, aonde os (as) Assistentes Sociais devem valorizar o cotidiano profissional como espaço de possibilidades para reforçar a capacidade crítica dos usuários ao incorporar atividades de planejamento, gestão e avaliação das políticas e dos projetos sociais.

### **Considerações finais**

Na atual conjuntura, pensar a dimensão socioeducativa no âmbito do Serviço Social significa uma reflexão concernente ao seu trabalho profissional, para reafirmar o seu compromisso com a classe trabalhadora e defender uma pedagogia emancipatória que busque a superação da ordem capitalista estabelecida. Pois, vivemos momentos de crises, instabilidades, fragmentação, situações que dificultam o estabelecimento de uma prática socioeducativa emancipatória. Mas se a realidade nos parece complexa e caótica, é nessa mesma complexidade que vislumbramos alternativas para a efetivação da sua dimensão socioeducativa.

O (a) Assistente Social enquanto profissional precisa compreender que é possível trabalhar a dimensão socioeducativa na nossa realidade atual, para isso se faz necessária uma formação profissional continuada que seja adequada às exigências de um trabalho crítico. É importante refletir e identificar novas demandas postas à profissão, atuar no controle das ações do Estado, incorporar atividades de planejamento, gestão e avaliação. Pois, neste cenário, segundo Iamamoto (1998, p. 35) um dos maiores desafios da atualidade para os profissionais do Serviço Social é a “[...] construção de propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas do cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo, não só executivo.”

Deve-se levar em consideração a capacidade crítica dos usuários, problematizar com os mesmos a nossa atual conjuntura político social, fazer com que a informação chegue até eles, utilizar-se de espaços de comunicação social de modo a impulsionar uma consciência

crítica, que se contraponha a cultura domesticadora que temos em vigência. Assim, fica claro que, se o cotidiano profissional nos apresenta muitos desafios, é dentro dele que também vamos encontrar as possibilidades, indo além da aparência imediata da realidade social, buscando sempre enxergar a sua totalidade.

Portanto, quando falamos em dimensão socioeducativa do Serviço Social, estamos nos referindo a um trabalho profissional alicerçado nos princípios elementares do seu projeto ético político profissional, em uma prática que valorize e respeite a classe trabalhadora, que a qual possa ser comprometida com a superação dessa ordem vigente para outra que eleve a construção de uma ordem societária justa e igualitária.

## Referências

- ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. São Paulo: Cortez, 2002.
- ALVES, Giovanni. **Trabalho e nova precariedade salarial no Brasil**. A morfologia social do trabalho na década de 2000. Coimbra, Portugal. Centro de Estudos Sociais: 2012.
- \_\_\_\_\_. Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal – Precarização do trabalho e redundância salarial. **Rev. Katál.**, Florianópolis, v. 12, p. 188-197, 2009.
- ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: EMIR, Sader; GENTILI, Pablo Gentil (Org.). **Pós-neoliberalismo: As políticas Sociais e o Estado Democrático**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. 205p.
- ANTUNES, Ricardo. **O Toyotismo, as novas formas de acumulação de capital e as formas contemporâneas do estranhamento (Alienação)**. Disponível em: <http://afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Antunes,%20Ricardo/Toyotismo%20Ricardo%20Antunes.pdf>. Acesso em jan. de 2018.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. Coleção Primeiros Passos. 16ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CARDOSO, Franci Gomes e MACIEL, Marina. Mobilização social e práticas educativas. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**, módulo 4, Brasília: Unb, 2000.
- CERQUEIRA, Jackson B. A. de. Uma Visão do Neoliberalismo: surgimento, atuação e perspectivas. **Sitientibus**, Feira de Santana, n. 39, p.169-189, 2008. Disponível em <http://www2uefs.br/sitientibus/pdf/39/1.7umavisaodoneoliberalismo.pdf>. Acesso em jan. de 2018.
- DUMENIL, G.; LEVY, D. **Neoliberalismo – Neo-imperialismo1**. , v. 16, n. 1 (29), Campinas: Economia e Sociedade, 2007. p. 1-19. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v16n1/a01v16n1>. Acesso em jan. 2018.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários á prática educativa**. 43. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FRIAS, Rubens Eduardo. Introdução. in: MARX, Karl e ENGELS, Friedric. **Textos sobre educação e ensino**, Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2004.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da Educação**: um estudo introdutório. – 12. ed.rev. - São Paulo: Cortez, 2001.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

IAMAMOTO, M.V; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. – 21ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PIMENTA, Juliana de Carvalho. **A prática profissional do assistente social na área da educação**: a experiência do município de Franca/SP junto ao Ensino Fundamental. 2009.

SOARES, L.T.R. **Os custos sociais do ajuste neoliberal no Brasil**. Buenos Aires. LACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2001. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20101003020857/9cap08.pdf>. Acesso em jan. de 2018.